ATA Nº 06 DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2026, realizou-se reunião ordinària do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Criciúma – CMDPI, com a presença dos seguintes representantes: Marlene de Campos (Hospital São José), Cleomara Bez Fontana (Hospital São José), (Maria Dione Gomes Antunes (Asilo São Vicente de Paulo), Ronei Estevão (Cantinho do Idoso), Rita (AFASC), Alfredo Kaique(AFASC), Marlon Furuwaka (Gabinete),Soenia Maria Fernandes (Secretaria M. da Educação), Adriana Ribeiro (Secretaria M. Assistência Social),Carolina Corrêa (Secretaria M. Assistência Social), Luiz Paulo dos Santos(FME), Cássia Beatriz Villain (FCC), Remerson Luiz Vicencia (DTT). A Presidente Maria Dione Gomes Antunes deu início à reunião, que propõe a participação das instituições no Grupo de Estudo Intersetorial voltado à população idosa. O grupo tem como objetivo analisar, discutir e qualificar as ações direcionadas às pessoas idosas no município, bem como fortalecer a rede de proteção e cuidado, promovendo a articulação entre os serviços. Foi destacada a importância da participação de um representante de cada instituição. Informou-se que a primeira reunião ocorrerá no dia 08 de maio de 2026, às 13h30. Na sequência, foram apresentados informes gerais, dentre os quais a realização, no dia 30 de abril de 2026, da inauguração de uma ala hospitalar viabilizada com recursos do fundo. Os conselheiros foram incentivados a participar do evento, com o objetivo de acompanhar a aplicação dos recursos públicos. Dando continuidade, passou-se à análise dos projetos pautados. Inicialmente, foi apreciado o pedido de prorrogação do prazo do projeto “Readequação do Espaço Físico – Etapa II”, do Asilo São Vicente, originalmente previsto para execução em 18 meses, com solicitação de prorrogação por mais 12 meses. O projeto, no valor de R$ 1.210.000,00, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em seguida, foi analisado o projeto do Cantinho do Idoso, referente à adequação e ampliação do espaço físico, no valor de R$ 171.111,11. Ressaltou-se a urgência da execução, considerando exigências do Ministério Público quanto à adequação da estrutura. Após apreciação, o projeto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Posteriormente, foi apresentado o projeto hospitalar destinado à ampliação do acesso à saúde, com valor aproximado de R$ 1.141.317,08, já com recursos captados, contemplando a aquisição de equipamentos e a oferta de exames laboratoriais, tais como glicose, colesterol, ureia e creatinina, voltados à população idosa. Esclareceu-se que a realização dos exames dependerá de solicitação médica. O projeto foi submetido à votação e aprovado por unanimidade.

Na sequência, foi analisado o projeto hospitalar intitulado “Saúde, Dignidade e Diagnóstico Precoce” projeto, no valor R$ 2.676.503,78 voltado à realização de exames de endoscopia e colonoscopia, com previsão de 300 atendimentos, bem como aquisição de equipamentos. Durante a análise, foram identificadas inconsistências técnicas, tais como a necessidade de

reformulação do objetivo geral, ausência de definição clara do fluxo de atendimento, inadequação na definição do público-alvo e necessidade de alinhamento do projeto à política pública. Diante disso, deliberou-se pela devolução do projeto para readequações, devendo ser reapresentado posteriormente, podendo ser apreciado em reunião extraordinária. Ainda no decorrer da reunião, foram reforçadas orientações técnicas quanto à elaboração de projetos, destacando-se a necessidade de definição clara do fluxo de atendimento, alinhamento com políticas públicas, utilização de valores compatíveis com o mercado, observância dos pisos salariais conforme convenções sindicais e formalização da regulação de acesso aos serviços. No caso de projetos hospitalares, ressaltou-se que, embora não exclusivos para pessoas idosas, devem garantir percentual de atendimento a esse público, com acesso devidamente regulado. Por fim, foi destacada a importância da fiscalização contínua das instituições, especialmente aquelas que apresentem indícios de irregularidades, incluindo a realização de visitas técnicas e comunicação aos órgãos competentes. Nada mais havendo a tratar, reforçou-se a importância da participação das instituições no Grupo de Estudo Intersetorial e informou-se a possibilidade de realização de reuniões extraordinárias, conforme necessidade. A reunião foi encerrada, sendo a presente ata lavrada e, após lida e aprovada, assinada pelos presentes.

Marlene de Campos (Hospital São José)

Cleomara Bez Fontana Mazzucco (Hospital São José)

Maria Dione Gomes Antunes (Asilo São Vicente de Paulo)

Ronei Estevão (Cantinho do Idoso),

Maria de Fatima Sebastião (Cantinho do Idoso)

Isadora Holold (Residencial Geriatrico Primavera)

Rita (AFASC)

Ecilene Moreira Farias Andrade (Ataprev-Cri)

Alfredo Kaique Marra Trama (AFASC)

Marlon Furuwaka (Gabinete)

Soênia Maria Fernandes (Secretaria M. de Eduacação)

Adriana Ribeiro (Secretaria M. de Assistência Social)

Carolina Corrês (Secretaria M. de Assistência Social)

Luiz Paulo dos Santos (FME)

Cássia Beatriz (FCC)

Remerson Luiz (DTT)

Olinda Soeth Marcos (Pastoral da Pessoa Idosa)

Arlete do Nascimento (Associação Rede Feminina)